

## CORRIDA ELEITORAL

# Bolsonaro fala em suspensão das eleições

Presidente defende a possibilidade se ocorrer “algo anormal” na condução do pleito

» DEBORAH HANA CARDOSO

O presidente Jair Bolsonaro (PL) sugeriu, ontem, uma eventual suspensão das eleições deste ano se ocorrer “algo anormal”. A declaração ocorreu durante evento no Palácio do Planalto.

Segundo Bolsonaro, a suspensão se estenderia a todos os cargos eletivos, incluindo governos estaduais e para a Câmara, Senado. “Não pensem que uma possível suspensão de uma eleição seria só para presidente, isso seria para o Senado, para a Câmara, se tiver algo de anormal”, enfatizou.

Bolsonaro disparou contra o ministro Luís Roberto Barroso, ex-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). “Barroso, com currículo invejável, não

deveria ter tido eleições de 2020 sem a conclusão daquele inquérito que deveria ser sigiloso. Ele mente”, afirmou, numa referência ao inquérito da Polícia Federal, vazado pelo próprio Bolsonaro, que apurava suposta invasão de hackers a sistemas do TSE nas eleições de 2018. Em meio às críticas, ele cometeu um ato falho, ao dizer que “o chefe do Executivo mente”. “Nas Forças Armadas, se um militar mente, acabou a carreira dele. Temos um chefe do Executivo que mente”, acrescentou.

O presidente ainda mencionou uma “sala secreta” da Corte eleitoral. Sem provas, insinuou a fabricação de resultado de eleições. “Dá para acreditar nisso? Uma sala secreta, onde meia dúzia de técnicos dizem no final ‘quem ganhou foi esse’, questionou.

Segundo Bolsonaro, uma das sugestões das Forças Armadas no final do inquérito seria uma contagem paralela dos votos no TSE. “Uma das sugestões [no inquérito] seria feita uma ramificação um pouco à direita, um computador das Forças Armadas para contar os votos no Brasil”, disse.

## Prisão

No evento, o presidente relatou ter recebido informações de que seu filho 02, o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), seria preso por disseminação de fake news. Ele criticou o que chamou de cerceamento da liberdade de expressão e das mídias sociais.

“Não atinge apenas a mim. Quem foi meu marqueteiro? Carlos Bolsonaro, que, por várias

vezes, chegou (sic) para mim informações de ameaças de prisão por fake news. Vai prender o filho do presidente por fake news? É grave”, enfatizou.

Para ele, a privação de liberdade de qualquer brasileiro por “defender o que acredita” é algo grave. A afirmação foi feita em referência ao deputado Daniel Silveira (PTB-RJ), condenado à prisão pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por atos antidemocráticos e ameaça a ministros da Corte e a instituições. O parlamentar foi beneficiado com indulto presidencial.

“É grave prender qualquer brasileiro, mais grave prender um parlamentar que tem a liberdade para defender o que bem entender e usar da palavra como bem quiser. Isso é liberdade”, disse.

## Ciro vê distância em relação à 3ª via

» RAPHAEL FELICE  
» VÍCTOR CORREIA  
» CRISTIANE NOBERTO

Pré-candidato ao Planalto pelo PDT, o ex-governador Ciro Gomes refutou ter seu nome ligado à terceira via. Ele apontou diferenças de pensamento que o distanciam dos integrantes do chamado centro democrático, formado por PSDB, MDB e União Brasil. Entre as divergências estão as privatizações e a adoção, pela Petrobras, do preço de paridade internacional (PPI), que determina o valor dos combustíveis.

“Há traços em comum? Hoje, diria que é muito distante de ponto de partida sobre o que eu penso e o que o (João) Doria (PSDB), por exemplo, pensa. Não quer dizer que não possamos atravessar”, ressaltou. “Essa é nossa arte: dialogar, trocar ideias. Mas, veja: política de preço da Petrobras, eu considero um crime, e eles querem manter. Privatização da Eletrobras, sou radicalmente contra e, se privatizar, vou reestatizar.”

O presidencializável explicou sobre sua aproximação com o PSD, de Gilberto Kassab, e com o presidente e pré-candidato do União Brasil (UB), Luciano Bivar. Segundo Ciro, ele busca formar uma grande frente de centro-esquerda com partidos que não possuem candidato, mas dialoga com a terceira via a pedido de Bivar, com quem mantém “boa relação” e por conta da saída de “inimigos da República” da mesa de negociações — uma referência ao ex-ministro Sergio

Divulgação/XXIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios



Ciro na Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios: ele defendeu a arte do diálogo na política

Moro, excluído da corrida eleitoral pelo União.

Na avaliação de Ciro, a imprensa está “misturando o que é natural, a terceira via”, com o movimento dele de aproximação com o PSD. “Eu não sou da terceira via, explico a distinção: terceira via tem candidatos. MDB tem candidata, União Brasil agora tem candidato, PSDB tem candidato. Eles estão numa dinâmica, e eu, em outra”, argumentou. “O que estou fazendo é atrair partidos que não possuem candidatos em uma ampla aliança de centro-esquerda com solidez.”

O ex-ministro ainda criticou os “modelos de governança” adotados pelos últimos gestores do Brasil e disse que, se eleito, não vai se render ao Centrão. Ele questionou o entendimento de que a aliança com o grupo política seja uma necessidade para conquistar governabilidade.

“Eles (Centrão) estão afundando (o presidente Jair) Bolsonaro. Ele tinha cerca de 70% de aprovação e, hoje, está catando 25%, 30%”, disse. “Por que chamam de governabilidade? (Fernando) Collor governou com essa gente e foi cassado. Fernando

Henrique governou com essa gente, nunca mais ganhou uma eleição no Brasil, nem ele nem o PSDB. Lula governou com essa gente e foi parar na cadeia. Dilema governou com essa gente foi impeachment. O que que tem sido feito? Conciliação com bandido”, disparou.

O presidencial participou, ontem, de eventos com lideranças municipais: a Marcha de Vereadores e Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Em ambos, tentou moderar o tom das críticas a Lula e a Bolsonaro. Grande parte dos presentes nos eventos apoiava um ou outro.

## Moro foi parcial, diz comissão da ONU

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Moro destacou que Lula foi condenado em três instâncias

conduzido coercitivamente para prestar depoimento no aeroporto de Congonhas em março de 2016.

O Comitê de Direitos

Humanos da ONU fiscaliza o cumprimento de um tratado que o Brasil é signatário desde 1992, o Pacto Internacional sobre

Direitos Cívicos e Políticos. Em decreto legislativo de 2009, o país ratificou um protocolo internacional que reconhece a competência do Conselho em examinar comunicações de indivíduos que alegam ser vítimas de uma violação. A decisão da entidade, porém, é tomada como uma prisão internacional.

No ano passado, Lula teve todos os seus processos da Lava-Jato anulados após o Supremo Tribunal Federal (STF) decidir que Moro foi parcial na condução das ações.

Em nota, Moro disse que vai se pronunciar apenas quando tiver acesso ao conteúdo da decisão. Também afirmou que Lula foi condenado por corrupção “em três instâncias do Judiciário e pelas mãos de nove magistrados”. “Foi uma ação institucional decorrente da corrupção descoberta na Petrobras”, sustentou.

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



## Mitos e heróis na cena eleitoral brasileira

O mito de que o brasileiro é um “homem cordial” vem de um senso comum, desconstruído por Sérgio Buarque de Holanda em sua obra seminal *Raízes do Brasil*. A expressão cordial é um “tipo ideal” que não indica apenas bons modos e gentileza, vem da palavra latina “cordis”, que significa coração. Segundo Buarque, o brasileiro precisa viver nos outros, um artifício psicológico incorporado ao nosso processo civilizatório. A cordialidade muitas vezes é mera aparência, “detém-se na parte exterior, epidérmica, do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça de resistência.” Mais atual impossível.

A apropriação afetiva do outro apontada por Buarque, em grande parte, é responsável pela “fulanização” da política brasileira, apesar de termos instituições seculares bastante consolidadas, alguma das quais com origem na chegada de D. João VI e sua Corte ao Brasil, como o Supremo Tribunal Federal (STF). O exercício efetivo do poder central em todo o território nacional, por exemplo, deve-se ao Judiciário, muito mais do que às Forças Armadas, cujo protagonismo político, na República, por duas vezes, se deu em duradoura contraposição ao Estado democrático de direito, na Revolução de 1930 e no golpe militar de 1964.

Não por acaso, graças à política de conciliação da segunda metade do Império, também temos um Congresso forte, embora nossos partidos políticos, contraditoriamente, sejam fracos, por causa da “fulanização” da política e da construção de acordos interpersonais de natureza fisiológica, corporativa e/ou patrimonialista. De certa maneira, as redes sociais potencializaram essa “fulanização” da política e desnudaram a outra face do “homem cordial”, que agora protagoniza a radicalização política.

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente Jair Bolsonaro exacerbam essa característica da política brasileira. Ambos têm um viés populista; constroem suas alianças a partir de relações afetivas e, ao mesmo tempo, pragmáticas. Não é outro o sentido da aliança de Bolsonaro com Valdemar Costa Neto, presidente do PL; a escolha do ex-governador Geraldo Alckmin como vice por Lula tem o mesmo significado.

No conceito de Buarque, o “homem cordial” é sinônimo de passionatismo, personalismo e irreverência, um transgressor das normas institucionais. Age mais pela emoção do que pela razão, sua cordialidade está associada ao domínio da esfera privada na vida brasileira. O Estado é sua segunda casa, povoada por familiares e amigos. Não é preciso um grande esforço retrospectivo para constatar esse fenômeno na vida política brasileira, muito menos visitar as páginas de Raízes do Brasil, quase centenárias, e resgatar a nossa herança colonial lusitana.

## Terceira via

O semideus grego da *Ilíada* de Homero tinha uma existência verdadeira, voltava para casa, tinha uma vida normal, até que a situação exigisse outro gesto glorioso e individual. A filósofa judia alemã Hanna Arendt associava-o ao que hoje muitos chamariam de “lugar de fala”. Sua disposição de agir e falar pode mudar o curso na história. O herói pode ser um indivíduo comum que se insere e se destaca no mundo por meio do discurso, se move quando os outros estão paralisados. Precisa fazer aquilo que outro poderia ter feito, mas não fez; ou melhor, o que deixaram de fazer.

O “homem cordial”, na atual cena eleitoral, se apresenta como o herói semideus da *Ilíada* de Homero, cujos pilares são a grandiosidade e a singularidade, além da aspiração à imortalidade. Em 2018, Bolsonaro saiu do leito da morte para o Palácio do Planalto sem fazer campanha; nestas eleições, Lula deixou a cadeia e pavimentou a estrada para voltar ao poder sem deixar os ambientes fechados. Agora, outro candidato a semideus prepara sua volta à cena eleitoral: o ex-juiz Sergio Moro, personagem central da ascensão e queda da Operação Lava-Jato.

Moro se tornou uma personalidade nacional graças à Lava-Jato, na qual só se pronunciava nos autos. Mas era aplaudido e cumprimentado nas ruas. Representava os órgãos de controle do Estado e a ética da responsabilidade, que zelam pela legitimidade dos meios empregados na ação política. Cumpriu um papel estratégico na luta em defesa da ética na política, vetor decisivo para o resultado das eleições passadas. Contra Moro, Lula não teve a menor chance; seria preso, como foi, pelo juiz durão.

Depois das eleições, convidado por Bolsonaro para ser ministro da Justiça, Moro deixou de ser o juiz “imparcial”. Esse atributo foi posto em xeque pela revelação das mensagens que trocou com os procuradores da Lava-Jato em Curitiba. O cristal foi trincado por conversas banais nas redes sociais. Moro virou um político, sujeito a todos os ritos da luta política e do jogo democrático. Filiou-se ao Podemos, trocou-o pelo União Brasil, sem garantia de legenda. Agora ensaia uma volta à ribalta, como um herói noir, em disputa pela Presidência. Moro pode recuperar o espaço que ocupava no campo da chamada terceira via.